

Congresso nega verbas para 24 obras com irregularidades

Na reunião da Comissão Mista de Orçamento, que entrou madrugada adentro, houve muita polêmica em relação à decisão de manter os projetos na lista negra. Hoje, o texto final deverá ser votado em sessão conjunta



Jonas Pereira

O relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (E), e senador Almeida Lima, presidente da CMO: reunião tensa e recheada de debates invadiu a madrugada

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, na noite de ontem, o veto à destinação de verbas, no Orçamento da União de 2010, a obras e contratos com indícios de irregularidades graves. Entre eles, estão a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o complexo petroquímico do Rio de Janeiro. Até a meia-noite, a comissão permanecia reunida discutindo o relatório, que deverá ser votado hoje em sessão do Congresso. O veto ao repasse de verbas ainda pode ser derrubado por destaques ou por acordo com o TCU. **2**

Para Arthur Virgílio, governo precisa discutir créditos ao Orçamento com a oposição **4**

Congresso estende horário de visitas no final de ano para receber turistas **2**

Comissão decide indiciar ex-diretores pela edição de atos secretos **2**

Senadores lamentam falta de resultados na Conferência do Clima em Copenhague

Antônio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Marco Maciel e Serys Slhessarenko lamentaram ontem em Plenário o fracasso nas negociações entre os principais líderes mundiais durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15). O encontro resultou num documento sucinto que não fixa metas para redução na emissão de gases de efeito estufa. Antônio Carlos Valadares salientou o caráter genérico do documento final aprovado no encontro. Cristovam Buarque criticou o "oportunismo eleitoral" da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Marco Maciel citou a "debilidade" da ONU em solucionar grandes problemas. E Serys Slhessarenko salientou o sucesso dos eventos paralelos em Copenhague. **3**



WWFFrance

Um dos destaques dos protestos em Copenhague, o "Globo do Povo", da WWF, levou 350Gb de mensagens populares às lideranças mundiais

Entre elas, estão quatro empreendimentos da Petrobras com indícios de irregularidades apontadas em relatório do Tribunal de Contas da União. Decisão ainda pode ser revertida em Plenário



Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais e Lúcia Vânia participam da reunião da Comissão de Orçamento, que se prolongou pela madrugada

Aprovada suspensão de novos recursos a 24 obras federais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a suspensão de repasses de recursos novos a 24 obras federais com indícios de irregularidades apontadas em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessas, quatro pertencem ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A principal polêmica envolveu obras da Petrobras, mantidas na lista após intenso debate entre parlamentares da base aliada e da oposição. Trata-se da construção da Refinaria Abreu e Lima (PE); da modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar, no Paraná); da implantação do terminal de escoamento de Barra do Riacho (ES); e de obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Além das duas primeiras, integram o PAC a construção de terminal de passageiros no aeroporto de Vitória

(ES) e do corredor leste da BR-265, entre Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O líder do PT na comissão, deputado Jilmar Tatto (SP), adiantou ontem que o governo vai tentar reverter as decisões no Plenário, durante a votação da proposta orçamentária, em sessão prevista para hoje em horário a ser definido.

Segundo o coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, deputado Carlos Melles (DEM-MG), a decisão não significa a paralisação das obras.

– Não estamos paralisando nenhuma obra, mas os contratos. As obras costumam ter muitos contratos licitados e eles é que ficaram bloqueados – afirmou.

A proposta orçamentária original foi encaminhada ao Congresso com 42 obras com indícios de irregu-

laridades graves. No decorrer da tramitação, o número foi sendo modificado, à medida que o TCU finalizava novas auditorias.

Nesse período, a Comissão de Orçamento realizou audiências públicas e encontros entre técnicos do tribunal e os gestores das obras questionadas. Como resultado, 16 obras foram retiradas da lista.

Outras duas foram retiradas ontem pela comissão: uma obra de saneamento em Teresina e outra de construção de trecho da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins.

O deputado Carlos Melles informou que, a partir de 2 de fevereiro, a comissão vai se reunir para analisar a situação das obras impedidas de receber recursos. Caso o TCU entenda que os órgãos públicos conseguiram resolver os problemas, o comitê poderá sugerir ao Congresso que exclua os empreendimentos da lista.

Ex-diretores do Senado são indiciados por atos secretos

A comissão que apura responsabilidades sobre os atos não publicados, mais conhecidos como atos secretos, concluiu pelo indiciamento de sete pessoas, entre elas estão o ex-diretor-geral da instituição Agaciel da Silva Maia e o ex-diretor da Secretaria de Recursos Humanos José Carlos Zoghbi. Este último já foi, inclusive, demitido. As informações são da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado.

“Houve claro abuso de poder e deliberada ação delituosa” por parte de

Agaciel e Zoghbi, diz o documento da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, que também menciona os funcionários Celso Antonio Martins Menezes, Ana Lucia Gomes de Melo, Jarbas Mamede, Washington Luiz Reis de Oliveira e Franklin Albuquerque Paes Landim.

Os indiciados terão um prazo de 20 dias para apresentar defesa escrita. Com isso, os trabalhos da comissão, que se encerrariam no dia 9 de janeiro, serão prorrogados por dois meses.

Congresso Nacional amplia visitas guiadas até as 20h

Neste final de ano, o horário de visitas ao edifício do Congresso Nacional foi estendido. O objetivo é acolher, em especial, o turista que chega a Brasília para passar o Natal e o ano-novo.

Excepcionalmente hoje, as visitas, que começam às 9h30 (com saídas dos grupos a cada 30 minutos), se estenderão até as 20h. São os seguintes os horários extras de passeios guiados: 17h, 18h, 18h30, 19h, 19h30 e 20 horas.

Quem visitar o Senado ou a Câmara hoje poderá assistir à apresentação do coral da Igreja Batista Central de Brasília. A cantata de Natal será no Salão Negro do Congresso em dois horários: 19h e 21h.

Nos dias 24 e 31, entretanto, o primeiro grupo começa às 10h30 e o período de visita se estende até as 15 horas, quando tem início o passeio guiado do último grupo, que vai até as 16h. Já nos dias 25 e 1º de janeiro a porta do Salão Negro será aberta às 13h. O último horário de visita está agendado para as 20h.

Nos meses de dezembro e janeiro, o Congresso Nacional recebe o maior número de turistas. Os dois Plenários (o do Senado e o da Câmara dos Deputados), os salões Verde e o Azul, as bibliotecas, as alas das comissões permanentes e o Túnel do Tempo, no Senado, são os locais mais visitados.

Relatório preserva obras do PAC e Bolsa Família

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) leu ontem, na reunião da Comissão Mista de Orçamento, o seu relatório final ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2010. Após a leitura, foi iniciada a discussão do texto, com vários deputados e senadores reivindicando a ampliação de recursos para emendas que beneficiam seus estados. A apreciação do relatório final do Orçamento de 2010 se estendeu pela noite de ontem.

Uma das prioridades na elaboração do texto, segundo Magela, foi a não realização de cortes nas programações de obras e serviços incluídos no Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC), considerado pelo deputado como “um dos principais motores do crescimento econômico para 2010”.

Outra prioridade observada pelo relator foi a preservação dos investimentos em programas sociais, especialmente com relação ao Bolsa Família, responsável, na avaliação do governo, pela inclusão social de dezenas de milhões de brasileiros nos últimos anos.

Salário mínimo

Os recursos reservados para o aumento do salário mínimo poderão permitir, de acordo com o relator, a elevação dos atuais R\$ 465 para R\$

510 em 2010. A proposta original do governo previu um valor de R\$ 505,55. A decisão final do valor do mínimo, que passará a vigorar a partir de janeiro de 2010, será dada pelo presidente Lula por meio de medida provisória até o final deste mês.

Para garantir aumentos reais nos benefícios previdenciários superiores a um salário mínimo, Geraldo Magela reservou o montante de R\$ 3,5 bilhões na programação do Ministério da Previdência Social.

Como forma de compensar as perdas fiscais de estados exportadores, em razão da aplicação da Lei Kandir, o relatório final reserva um valor total de R\$ 3,9 bilhões.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão deliberativa começa às 14h. A pauta está trancada pelo PLC 280/09, que prevê a formação de docentes para atuar na educação básica.

Congresso

O Congresso se reúne, às 10h, para votar créditos suplementares. Em outra reunião, em horário a ser definido, votará o Orçamento de 2010.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho • Serys Slhessarenko • Sadi Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Senadores lamentam fracasso de Copenhague

O impasse que levou ao fracasso a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), realizada nas duas últimas semanas em Copenhague (Dinamarca), levou quatro senadores ao Plenário ontem. Ao lamentar a falta de acordo, Marco Maciel citou a “debilidade” da ONU em solucionar grandes problemas na última década. Serys Slhessarenko salientou que, apesar do resultado final, os pequenos eventos ocorridos paralelamente à convenção geral renderam bons frutos. Para ela, o Brasil se reafirmou como protagonista de uma solução global. Cristovam Buarque classificou de “oportunisto eleitoreiro” a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que atuou como principal negociadora da delegação brasileira. Já Antônio Carlos Valadares leu partes do texto final, salientando seu caráter genérico. Para ele, duas páginas e meia de documento é pouco para os dois anos e meio de preparação do encontro.



Protestos foram diários durante a Conferência do Clima: alertas com imagens fortes para criticar o impasse político

MARCO MACIEL



Década termina com impasse em todas as grandes negociações

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lamentou ontem que a COP-15 tenha sido encerrada sem acordo sobre os cortes na emissão de gases de efeito estufa.

– A década termina com todas as grandes negociações multilaterais em um impasse e com a diplomacia mundial se questionando sobre como dar soluções a problemas globais e, ao mesmo tempo, preservar interesses nacionais.

Há quase dez anos, lembrou, os mesmos governos negociam acordos para reequilibrar o comércio mundial. Segundo o senador, a Rodada Doha, lançada em 2001, “está em estado de paralisia e, se não for concluída até 2010, deve ser definitivamente abandonada”.

Outro impasse, recorda Maciel, diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU, instância máxima da entidade que reúne cinco países com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra).

Para ele, o que está em jogo em todos esses processos “é a mesma coisa: uma nova posição dos países emergentes, o reconhecimento de que a arquitetura mundial mudou e, claro, a solução de um problema global”.

– O fato é que a ONU tem mostrado uma certa debilidade na solução dos grandes problemas – afirmou.

SERYS



Conferência rende frutos e Brasil pode ser mediador no impasse

Apesar da frustração com o fracasso dos grandes acordos entre países, os pequenos eventos da COP-15 foram um sucesso e renderam frutos, avaliou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela defendeu a necessidade de se encontrar uma saída para o impasse – uma vez que o Protocolo de Kyoto expira em 2012 – e sugeriu que o Brasil assumira o papel de mediador.

– Conseguimos anunciar para o mundo metas de redução de emissões. O presidente Lula traçou metas de redução do desmatamento, que é um dos problemas maiores que a gente enfrenta. Acho que a gente pode ser protagonista dessa questão – afirmou Serys, lembrando que, em relação ao meio ambiente, tanto os países ricos quanto os emergentes são responsáveis, mas com “responsabilidades diferenciadas”.

Para ela, é o futuro do planeta que está em jogo e parece que as pessoas não estão muito preocupadas e tratam o assunto como “coisa de ambientalista”.

– Temos questões que não foram tratadas em Kyoto e que hoje são extremamente atuais. Essas questões precisam entrar em um novo protocolo, em uma continuidade desse aí. E outras coisas do próprio Protocolo da Kyoto que já estão superadas – alertou.

CRISTOVAM



Interesses dos grandes poluidores venceram duelo em Copenhague

Ao comentar o fracasso da COP-15, encerrada na semana passada, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou de “oportunisto eleitoreiro” a presença, nas negociações, da ministra da Casa Civil e candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff.

– Muitos governantes foram lá pensando em seus projetos nacionais para as eleições. O presidente Lula mandou Dilma, submetendo o Brasil ao seu calendário eleitoral – afirmou o senador, ressaltando que interesses políticos dos grandes países também se sobrepuseram aos interesses humanitários em relação às ameaças ao meio ambiente.

Cristovam, que representou o Congresso na reunião de 150 parlamentares de todo o mundo, paralela à conferência da ONU, relatou “o clima de derrota” nas ruas de Copenhague.

– O mais importante encontro mundial em relação ao futuro da Humanidade fracassou – disse, culpando líderes políticos dos grandes países poluidores pelo fato.

Para ele, os acontecimentos na Dinamarca permitiram assim comprovar que “o medo do que temos em relação ao que vai acontecer ao mundo é decorrente da incapacidade do mundo político de perceber a dimensão do problema e trazer propostas alternativas”.

VALADARES



“Resultado píffio”, mesmo após dois anos e meio de preparação

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou “píffio” o resultado da conferência de Copenhague e lamentou de nada terem adiantado a participação de 192 países e a presença maciça de chefes de Estado e de governo, após dois anos e meio de preparação e duas semanas de discussão.

– Esperávamos que o resultado fosse muito mais amplo, que tivéssemos o reconhecimento dos países desenvolvidos de que esta catástrofe se avizinha. A elevação da temperatura muito se deve ao tratamento irresponsável, sem compromisso com o futuro, concebido pelas nações industrializadas ao promoverem programas de desenvolvimento sem os cuidados com o meio ambiente – afirmou.

Valadares admitiu que os países europeus têm se conduzido com certo equilíbrio, mas viu “forte radicalismo” dos Estados Unidos e do Canadá contra a redução das emissões de gases.

O senador leu partes do Acordo de Copenhague, que tem apenas duas páginas e meia. Salientou o caráter genérico do documento, sem inclusão de metas nem compromissos mais severos. Lembrou que o Brasil, pela palavra do presidente Lula e por decisão do Congresso Nacional, estabeleceu metas voluntárias de redução das emissões nos próximos 20 anos.

Para Alvaro Dias, caos na saúde pública foi um dos grandes problemas do país em 2009

O caos na saúde pública foi um dos maiores dramas do brasileiro durante o ano de 2009. A constatação é do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que observou que os problemas poderiam ter sido minimizados se a Câmara dos Deputados tivesse aprovado a regulamentação da Emenda 29, que define o percentual no Orçamento da União a ser destinado

à saúde pública. A proposta já foi aprovada pelo Senado.

– O projeto continua na pauta dos trabalhos da Câmara, mas sem a necessária providência da aprovação. Com isso, milhares de pessoas estão desatendidas no país. Verifica-se constantemente a morte de brasileiros em razão da desatenção do setor público, que não oferece a acolhida

necessária nos órgãos encarregados de atender a população – afirmou Alvaro Dias.

Para o senador, o drama na saúde pública é um assunto velho. Para comprovar isso, ele leu novamente discurso que já havia pronunciado no dia 18 de setembro de 2007, que continua atual, e lembrou o estudo realizado pelo Instituto IBM, que previu

que a crise na saúde pode tornar-se insustentável em 2015.

– Espera-se que na campanha eleitoral esse debate seja inteligente e que os candidatos a presidente da República possam colocar a discussão do modelo de saúde para o nosso país como prioridade das suas propostas. Não podemos nos conformar com o caos que está presente.



Regulamentação da Emenda 29 minimizaria situação, diz Alvaro

Líder do PSDB critica "despreocupação" do governo e lembra que alguns projetos de lei podem esconder "a cupidez de recursos eleitoreiros"

Arthur Virgílio cobra discussão sobre os créditos

O LÍDER DO PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ontem que os partidos de oposição pretendem discutir cada um dos projetos de lei que aprovam créditos suplementares, na sessão do Congresso Nacional de hoje.

– Não entendo por que tanta despreocupação [do governo] na votação do Orçamento, que é a peça mais nobre que possa motivar o funcionamento de um congresso, e tanto interesse em projetos de crédito, que, não raro, escondem a cupidez por recursos que têm toda a face de recursos eleitoreiros – afirmou o parlamentar, acrescentando que a oposição pretende discutir projeto por projeto com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

De acordo com o senador, embora haja "clara disposição das oposições de consentirem na votação do Orçamento Geral da União", o governo se mostra despreocupado com sua votação.

– Não adianta irmos para sessão do Congresso Nacional sem termos uma definição e repetir-

mos o que temos feito: sucessivos movimentos de verificação de quórum e de derrubada de sessões, porque não há ainda um acerto que mostre uma compreensão por parte do governo de que o Orçamento não pertence a seus acólitos nem a seus parlamentares. Pertence à nação e tem que contemplar, portanto, a visão de nós outros, que chegamos aqui pelo voto popular e temos o direito de expor as nossas visões sobre o que seria o melhor caminho para o desenvolvimento econômico – afirmou o líder.

Promotora

Em seu discurso, Arthur Virgílio enalteceu o trabalho da promotora Silvana Nobre, que lidera uma campanha contra a corrupção no Amazonas. De acordo com o senador, em uma atitude corajosa, ela pediu ao Tribunal de Justiça explicações sobre a construção do prédio que abriga o tribunal, que tem, segundo ela, indícios de superfaturamento.

O parlamentar citou ainda problemas enfrentados por seu



“Temos o direito de expor as nossas visões sobre o que seria o melhor caminho para o desenvolvimento econômico.”

estado, como a falta de energia em cidades do interior, prejudicando investimentos; a ameaça da praga do ácaro vermelho para as plantações de banana e coco;

e a subnotificação de registros de nascimento de índios.

Homenagens

Arthur Virgílio prestou tam-

bém várias homenagens da tribuna do Senado. Entre elas, destacam-se as feitas: a dom Paulo Evaristo Arns, pelo lançamento de seu livro *Ano sacerdotal, reminiscências e testemunhos*; a dom Carillo Gritti, bispo de Itacoatiara, pelo recebimento do título de Cidadão Amazônico; ao deputado federal Euler Ribeiro, pelas posses como membro da Academia de Medicina Militar e da Academia Amazonense de Letras; ao advogado Técio Lins e Silva, pela publicação do livro *Do outro lado da tribuna*; ao escritor alemão Ingo Schulze, pela publicação do livro *Sítios arqueológicos da Amazônia*; à professora Iraíldes Caldas Torres, pelo lançamento do livro *Arquitetura do poder*; à nadadora Layline Thompson, vencedora da Maratona Aquática Almirante Tamandaré, que é a travessia do rio Negro; à Livraria e Editora Valer, pela luta pela divulgação da cultura do Amazonas feita por Tenório Telles; e ao poeta Aníbal Bessa, cuja *Suite para os habitantes da noite* está sendo encenada em Manaus.



Mesquita Júnior: Mercosul vai ganhar com ingresso da Venezuela

Mesquita elogia relatório sobre direitos humanos

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) fez ontem um relato de sua participação, em Montevideu, no Uruguai, na abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Mercosul, que prepara um relatório anual sobre o tema. Segundo informou, esse é o segundo diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos na América Latina feito no âmbito do Mercosul. O documento será publicado em 2010.

Mesquita Júnior, relator do primeiro estudo sobre direitos humanos do Mercosul, publicado este ano, ressaltou a importância das informações do relatório, colhidas por entidades de vários países latinos, por organizações não governamentais (ONGs) e diversas outras fontes.

O senador lembrou sua posição favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul, aprovado pelo Senado na semana passada, pois, para ele, o aumento dos participantes no bloco continental (hoje, com quatro membros) ajudará a fortalecer a América Latina.

– Hoje, o Mercosul é apenas um acordo aduaneiro. Precisa de uma sacudida – concluiu.

João Ribeiro pede que Ferrovia Norte-Sul não seja paralisada

A Ferrovia Norte-Sul poderá não ser contemplada com verbas do Orçamento da União de 2010, porque o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na obra. Mas o senador João Ribeiro (PR-TO), que levantou o assunto em discurso ontem no Plenário, fez um apelo no sentido de que se procure uma forma de resolver as pendências sem que seja necessária a paralisação dos trabalhos.

– A Ferrovia Norte-Sul é a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]. Se antes ela foi chamada de uma ferrovia para ligar o

nada a lugar nenhum, hoje é reconhecida como uma obra de integração nacional. Farei um apelo ao presidente e ao relator da Comissão Mista de Orçamento, e também ao presidente do comitê na comissão que trata de obras irregulares, para que as obras não sejam paralisadas – afirmou João Ribeiro.

O senador pelo Tocantins ressaltou que a Ferrovia Norte-Sul será fundamental para o desenvolvimento econômico do seu estado. Ele disse que, quando os trens estiverem circulando, haverá barateamento nos custos do transporte da produção de soja, milho, feijão, arroz e carne



João Ribeiro afirma que obra é vital para desenvolvimento do Tocantins

bovina e de minérios. Segundo João Ribeiro, a redução no preço do frete proporcionará um ganho de competitividade com relação aos concorrentes estrangeiros.

Cassol ressalta ensino em tempo integral na capital do Tocantins

Sadi Cassol (PT-TO) elogiou, em discurso, o sistema educacional de Palmas, capital do Tocantins, afirmando que o modelo de tempo integral implantado no município é uma referência em educação. Ele informou que a cidade recebe missões de outros estados e até do estrangeiro, para conhecer as escolas em que as crianças entram às 8h e saem às 18h.

Em um dos períodos, explicou o senador, o aluno recebe os conteúdos das diferentes disciplinas e, no outro, pratica atividades ligadas às áreas de esporte e cultura. Nesse período os alunos também terão atendimento odontológico, para o que a prefeitura já está instalando consultórios dentários nas escolas.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, nas visitas que fez à cidade de Palmas, conheceu uma escola municipal que funciona em sistema de tempo integral, considerando-a exemplar. Para ele, aquela escola mostra o que um governo – “quando quer e tem vontade política” – consegue fazer.

Lembrando que a imprensa costuma assinalar que “o suplente não tem voto”, Sadi Cassol disse ainda que chegou ao Senado Federal “com certo receio”, para substituir o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que se licenciou do cargo. Ele manifestou sua satisfação por ter sido bem recebido por todos os partidos, senadores e servidores.

O parlamentar assinalou



Sadi Cassol: sistema adotado em Palmas é referência em educação

que a suplência no Senado está prevista na legislação e acrescentou que não se considera, por ser suplente, “50% senador”, mas sim “100% senador”.

Aparteando, o senador João Ribeiro (PR-TO) salientou que conhece a capacidade de Sadi Cassol e o amor que tem pelo estado do Tocantins, e reiterou os laços de amizade e respeito que os unem.

Augusto destaca ações federais em favor de Roraima

Algumas iniciativas adotadas pelo governo federal neste ano em Roraima foram elogiadas ontem pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), entre elas a transferência da titularidade das terras da União ao estado, efetivada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em setembro último.

Augusto Botelho destacou ainda o programa que prevê a construção de ciclovias na capital, Boa Vista, onde o atropelamento de ciclistas é a terceira causa de mortes no trânsito.

O programa deverá ganhar no Orçamento de 2010 um reforço de R\$ 25 milhões, oriundos de emenda de bancada apresentada por Augusto Botelho como forma de garantir a continuidade das obras no município. A Lei Orçamentária deverá ser votada hoje ou amanhã pelo Congresso Nacional.

Outro fato que terá reflexos positivos em Roraima, disse o senador, é a entrada da Venezuela no Mercosul.

– Foi uma vitória, pois fazemos fronteira com o país e temos boa relação tanto do ponto de vista comercial como do ponto de vista humano.



Augusto Botelho espera reforço de verbas para as ciclovias em Boa Vista